

***História e Natureza:
mudanças ambientais no norte
de Goiás em relatos de cronistas
e viajantes naturalistas no século XIX¹***

Raimundo Nonato Ribeiro Santana²

RESUMO

O século XIX é marcado por inúmeras visitas feitas por viajantes naturalistas ao Brasil. Destaco aqui Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau, os quais visitaram com suas expedições a Província de Goiás. Os relatos desses viajantes são documentos que permitem entender a transformação da paisagem ao longo dos séculos e a História e Geografia regional. A metodologia utilizada foi: leitura de textos sobre a historiografia da História e Natureza; leitura dos relatos dos viajantes naturalistas europeus do século XIX referentes à Província de Goiás, buscando assim compreender a mudança da paisagem e a navegação do Araguaia nos relatos de viagens.

Palavras-Chave: Viajantes naturalistas; Paisagem; Araguaia.

ABSTRACT

The nineteenth century was marked by numerous visits by naturalists travelers to Brazil. I highlight here Auguste François César Provençal Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner and Francis Castelnau, who visited with his expeditions Province of Goiás. The reports of these travelers are documents that allow us to understand the transformation of the landscape over the centuries and regional history and Geography. The methodology used was: reading texts on the history and historiography of Nature; Reading the accounts of European travelers of the nineteenth century naturalists concerning the Province of Goiás, thus seeking to understand the changing landscape and the navigation of the Araguaia in travel accounts.

Key words: Traveling naturalists; Landscape; Araguaia.

¹Artigo recebido em 29 de abril de 2014 e aprovado em 21 de junho de 2014.

²Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Grupo de Estudos do Sertão.

INTRODUÇÃO

Entre os primeiros desbravadores que legaram descrições sobre a natureza, a cultura e a sociedade brasileira estão os cronistas e os viajantes-naturalistas que adentraram o interior do Brasil em fins do século XVIII e ao longo de todo o XIX. No decorrer desses mesmos séculos, em relação à transformação da paisagem, destacamos na perspectiva da história ambiental, os registros de devastação ambiental na região norte de Goiás.

Nesses registros aparecem relatos de devastação da natureza. Nos escritos de cronistas estrangeiros e viajantes, como Auguste Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau encontramos informações referentes às grandes queimadas no período de estiagem, entre julho e setembro, na região norte da Província de Goiás, multiplicavam-se os focos de incêndios provocados pela ação humana para renovar pastagens ou regenerar florestas. Queimadas isoladas, aliadas ao clima seco, transformam-se em incêndios florestais de grandes proporções e, conseqüentemente, a transformação da paisagem que dava lugar às lavouras de subsistência e às pastagens para a criação de gado.

Este artigo³ também aborda a transformação da paisagem e a navegação do Araguaia em relatos de cronistas e viajantes numa perspectiva da História Ambiental, que compreende a segunda metade do século XIX na região do antigo norte de Goiás (Estado do Tocantins).⁴ Diferente da exuberante Mata Atlântica é a paisagem do Cerrado, formada por pequenas árvores de troncos torcidos e de folhas grossas, esparsas, em meio a uma vegetação rala e rasteira. Por esta razão, Auguste Saint-Hilaire (1819); Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821); George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844), quando estiveram nessa região, em vez de descreverem essa paisagem, optaram pela descrição de elementos isolados da fauna e flora. As araras azuis, os buritis e até o pequi, fruta símbolo do Cerrado, foram curiosidades registradas no diário desses viajantes. Com a decadência da mineração e o avanço da pecuária ao longo dos séculos, a paisagem foi sendo transformada com o decorrer do tempo.

³Esse trabalho é fruto de uma pesquisa enquanto bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq entre meados de 2012 a meados de 2013, com ênfase na História da Natureza.

⁴O Estado do Tocantins é um dos nove estados que formam a região Amazônica. Sua vegetação de cerrado divide espaço, sobretudo, com a floresta de transição amazônica. Mais da metade do território do Tocantins são áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas, onde se incluem santuários naturais como a Ilha do Bananal, os parques estaduais do Cantão, do Jalapão, do Lajeado e o Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas, entre outros.

Em relação à Bacia do Araguaia⁵, ela está inserida na região hidrográfica do rio Tocantins e ocupa uma área de 270.000 km². Nasce nas vertentes da Serra do Caiapó e segue no sentido sul para o norte, percorrendo os estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com a foz no rio Tocantins já no Estado do Pará. Tem seu limite na direção leste do território, sendo seus principais afluentes na região os rios das Mortes, Tapirapé e Crisóstomo. Esse rio possui uma extensão de, aproximadamente, 2.115 km, sendo que sua extensão navegável é de cerca 1.818 km, formando uma grande rede hidrográfica que liga a região Centro-Oeste ao Norte do País e detém uma grande importância histórica e cultural, bem como relevância econômica e política para a região que perpassa. Configurando-se como um espaço natural que serviu de escoadouro econômico e integrador cultural entre regiões onde passava.

Durante o seu percurso, o rio se divide em dois braços formando a Ilha do Bananal. Esta é a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de vinte mil quilômetros quadrados de extensão, cercada pelos rios Araguaia e Javaés. A mesma ilha é considerada um dos santuários ecológicos mais importantes do país. Por estar na faixa de transição entre a Floresta Amazônica e o cerrado, possui fauna e flora bastantes diversificadas e é de grande importância para o Brasil, pois sua fauna e flora incluem muita biodiversidade, sua conservação é fundamental para o equilíbrio ecológico. Na época das Bandeiras era chamada Ilha de Santa Ana e povoada por nações indígenas.

A discussão historiográfica proposta no artigo insere-se na vertente da História da Natureza, tendo como aportes teóricos o historiador ambientalista José Augusto Paduá (2002), na tentativa de compreender as preocupações ambientais que se faziam crescentes na sociedade brasileira da época (séculos XVIII e XIX), Paulo Henrique Martinez (2006) no intuito de entender o sentido da devastação para a história ambiental, Ely Berço de Carvalho (2005), a fim de compreender melhor a obra de Warren Dean “*A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*”, Luiz Francisco de Albuquerque de Miranda (2007), que contribui para o entendimento das representações do sertão pelos viajantes.

⁵Conforme consta do site oficial da ANA-Agência Nacional das Águas a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km² (11% do território Nacional) e abrange os Estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%) Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%). Grande parte situa-se na região Centro-Oeste, desde as nascentes dos rios Araguaia e Tocantins até a segunda confluência. Disponível em:<<http://www.ana.gov.br/mapainicial/pgMapaC.Asp>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a transformação da paisagem na região norte da Província de Goiás, onde hoje compreende o Estado do Tocantins, com base nos relatos de viajantes e cronistas que estiveram aqui fazendo narrativas sobre a flora, a fauna, a utilização da terra e seus recursos, os quais conformavam o cenário visualizado e relatado pelos viajantes e cronistas. O diário de viagem (1863) de José Vieira Couto Magalhães, presidente da Província de Goiás e empresário da navegação a vapor no Araguaia, e os *Relatórios de Presidente de Província* da época foram usados como fonte de pesquisa por permitir a compreensão da navegação no Araguaia. Uso ainda o periódico *Informação Goyana* (1917-1935), revista que em suas publicações traz relatos e comentários sobre os viajantes e cronistas que percorreram a região, bem como descrições sobre a ilha do Bananal. Destaco também documentos impressos nas revistas do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa instituição foi fundada em 1838 com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” relativos à História e à Geografia do Brasil (Extracto dos Estatutos, RIHGB nº 1, 1839, p. 18).

Em relação aos diários de viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram a Província de Goiás destaca-se *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* de August Saint-Hilaire (1819). Essa obra permite a compreensão da devastação ambiental na região da província goiana por meio de relatos, uma vez que, o mesmo percorreu o território numa fase de transição entre o declínio da mineração e a consolidação da pecuária como carro-chefe da receita goiana. Também cabe evidenciar os relatos de viagens dos naturalistas: Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821), George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844), que estiveram na região norte de Goiás e descreveram seus recursos naturais, a flora, a fauna, as práticas agrícolas, bem como o modo de vida dos habitantes de toda a Província.

HISTÓRIA DA NATUREZA

A história ambiental é um campo relativamente novo do conhecimento surgido na década de 1970, simultaneamente ao início dos movimentos ambientalistas e das conferências mundiais sobre a crise ambiental, nascendo de um objetivo moral (WORSTER, 1990). Entretanto, já na década de 1950, Aldo Leopold destacava a importância de uma interpretação ecológica da história, na qual a ecologia seria

empregada para compreender como o passado do ambiente desenvolveu-se até os dias atuais (WORSTER, 1990). A história ambiental destina-se a estudar, dentre outros assuntos, como os seres humanos eram afetados pelo ambiente natural em que viviam e como, em contrapartida, afetavam-no também.

Nas últimas décadas é crescente a preocupação com a natureza e com os problemas que o mau uso e destruição dela podem acarretar. Desta forma, estudos já buscam compreender a degradação e seus efeitos para a sociedade. Martinez pontua que

nas últimas décadas, diante do quadro decrescente insustentabilidade da situação mundial, no tocante ao suporte do planeta para manter e reproduzir os atuais padrões de extração e consumo de recursos naturais, seria fundamental compreender a degradação ambiental provocada pelo ser humano e os seus efeitos sobre o mundo natural e as sociedades. (MARTINEZ, 2006, p.73).

A paisagem da região norte de Goiás começou a se transformar ainda no século XIX, mudanças essas que são percebidas hoje quando já então se adquiriu a autonomia e o norte de Goiás se tornou Estado do Tocantins. As matas e florestas vão dando lugar a pastagens, lavouras e a plantações em grande escala e a transformação na paisagem natural com uma reorganização do uso capitalista da terra com grandes efeitos no mundo natural.

No norte de Goiás a paisagem na região transformava-se de acordo com a exploração econômica dos recursos naturais. Com a agricultura e pecuária vieram as queimadas, agravadas pela especificidade do clima extremamente seco da região, dificultado ainda pela ausência de chuvas em determinadas épocas do ano. A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares originadas no passado colonial. Uma prática muito comum no norte de Goiás era a agricultura de coivaras, criticada por Sant-Hilaire devido ser prejudicial à natureza. Ely Bergo de Carvalho (2005) argumenta em sua obra *“Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo”* que Warren Dean apontava esta mesma prática como uma das grandes responsáveis pela destruição da Mata Atlântica, na medida em que afeta a capacidade regenerativa da floresta e o seu ecossistema ao longo dos tempos.

Sobre a destruição da natureza, José Bonifácio, que era crítico à devastação ambiental, escrevia:

Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos, dirigida pelo melhor conselho? Quem o autorizou para renunciar a tantos e tão importantes benefícios? A ignorância, sem dúvida. [...] Destruir matas virgens, como até agora se tem praticado no Brasil, é crime horrendo e grande insulto feito à mesma natureza. Que defesa produziremos no tribunal da Razão, quando os nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos? (ANDRADA E SILVA, 1973b [1821], p. 41-42).

A partir dessa citação, somos levados a pensar nas transformações no meio ambiente e em como o meio ambiente afetou o homem e vice versa, bem como a consciência dos problemas ambientais futuros na colônia. Pádua, em “A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio” (PÁDUA, 2000, p. 01) pontua que Bonifácio já previa em suas obras em, 1821, que o Brasil se transformaria em um deserto semelhante ao da Líbia em dois séculos, caso continuasse com o ritmo de degradação que estava na época e demonstrava grande preocupação com a questão ambiental, especialmente com o problema do desflorestamento:

A natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados. Nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas. Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos aramos e desertos áridos da Líbia. Virá então este dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos. (ANDRADA E SILVA, 1973d [1825], p. 38).

Ao longo do século XIX, nomes como o de John Emmanuel Pohl, Alfredo d’Escragnolle Taunay, George Gardner, Francis Castelnau e Auguste de Saint-Hilaire percorreram os sertões do interior do Brasil, realizando levantamentos de seus recursos naturais. Descreveram e representaram o antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins. Os primeiros estudos referentes à região são anteriores ao século XIX, quando houve a

abertura dos portos para as nações ligadas a Portugal, para o comércio e também para pesquisas científicas.

Os viajantes naturalistas do século XIX foram de grande importância no que se refere às representações geográficas, históricas e socioculturais dos brasileiros, pois é através de seu olhar e discurso que foi possível o contato com a realidade do interior do país, assim como a construção da história regional. Chaul (2002) destaca que os viajantes não imaginavam que iam encontrar a Província de Goiás em uma fase de decadência da mineração:

Chegavam à terra imaginando um Goiás em esplendor devido à mineração, que atrelara a região a cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso, mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares dos viajantes europeus conseguiam ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio ocorrendo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões. (CHAUL, 2002, p. 51).

Os interesses desses viajantes eram estudos e pesquisas de caráter botânico, geomorfológico, zoológico, antropológico, bem como conhecer os recursos naturais, a natureza virgem e o homem. Suas viagens eram marcadas por contemplações e observações da natureza ainda pouco transformada pela ação do homem que contribuiu para a análise da realidade. Quando passaram pela Província de Goiás, a mesma encontrava-se em crise devido à decadente atividade aurífera. Os viajantes viam essa crise econômica, principalmente no norte de Goiás, como decadência e por não compreenderem a realidade local acabavam por emitir juízo de valor a partir de seus olhares etnocêntricos. Os mesmos estavam descobrindo um “outro mundo” até então desconhecido ao olhar europeu, o que fazia com que se sentissem “civilizados” em relação aos habitantes da Província de Goiás.

No início do século XIX usava-se a palavra sertão para definir áreas desérticas e de solidão, uma área vasta e ainda pouco conhecida. Miranda afirma que “a travessia do sertão, repleta de riscos e maravilhas, testa a perseverança do cientista, pois oferece experiências que podem reafirmar ou colocar em cheque suas convicções e seus compromissos”. Jesus e Padovan (2013, p. 286) no texto “*O sertão real e imaginário nas construções historiográficas regionalistas*” pontuam que palavra sertão, tornou-se uma construção linguística para expressar o “desconhecido” ou “inabitado”.

Janaina Amado (AMADO, 1995, p. 5) pontua que a palavra sertão começou a ser utilizada pelos portugueses no final da Idade Média para referir-se a áreas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. Desta forma, a partir do século XV, usaram-na para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas, desconhecidas, sobre as quais pouco ou nada sabiam. A palavra tem origem na Idade Média para nomear áreas fora do controle da Coroa Portuguesa. No período colonial, o termo foi usado largamente pelas autoridades lusitanas na América para designar áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios selvagens e animais bravios, continua Amado (1995, p. 6).

Em seus relatos os viajantes apresentavam os “longínquos sertões” de Goiás como um lugar desabitado e isolado e caracterizava o mesmo por “região desértica”. Saint-Hilaire (1819, p. 61) define a capital da então província de Goiás, Vila Boa, como “um Oasis no meio do deserto”, onde os viajantes podiam ter um pouco de conforto após dias de viagem. Os viajantes do século XIX viam o sertão como uma área inexplorada, bruta, que exigia a intervenção europeia. Essa impressão de deserto se dava pela ausência da agricultura, pecuária, comércio que ainda não era grande em Goiás, tal como pela baixa densidade populacional no interior do Brasil.

Luiz Francisco Albuquerque assegura que representar repetidamente o sertão como deserto, mesmo deixando entrever os indícios da presença humana, significa escamotear a cultura e as formas de subsistência dos sertanejos (MIRANDA, 2008, p.11).

A PAISAGEM EM RELATOS DE VIAGEM

Saint-Hilaire percorreu o território goiano no ano de 1819. Nesse período, a Província de Goiás vivia uma fase de transição entre o declínio da mineração e a consolidação da pecuária como principal força da receita goiana.

Quando esteve na província de Goiás (entre maio e setembro de 1819), época de estiagem e de preparação do solo para plantação, o viajante não poupou as críticas à maneira em que cultivavam a terra, às derrubadas das matas, até mesmo às formas socioeconômicas e culturais. Ele não chegou a percorrer a região onde hoje corresponde ao Estado do Tocantins, mas os problemas ambientais que ocorriam na capital da província eram os mesmos que ocorriam na região norte de Goiás, principalmente por ter sido bastante explorada no ciclo da mineração em Goiás. Saint-Hilaire insistia na

necessidade de se abandonar as técnicas rudimentares na forma que se cultivava o solo, defendendo as vantagens do arado e da utilização do bagaço da cana como fertilizante natural. Em diversos momentos o viajante denuncia a prática da derrubada de florestas para fazer roças e pastagens para a alimentação do gado, e ainda, como as queimadas acabavam transformando a paisagem natural da Província:

Atravessando um trecho de terreno coberto, de arbustos, os quais, por serem mais ramalhudos desde a base e muito juntos uns dos outros, me fizeram lembrar os carrascais de Minas Gerais (...) Um exame mais atento me fez ver que esses arbustos eram os mesmos que constituíam a maior parte das árvores encontradas nos campos, os quais deviam provavelmente seu estado de degenerescência não só à natureza do solo pedregoso e arenoso, mas principalmente ao fato de terem sido cortados centenas de vezes pelos negros da cidade. Além disso, seus novos rebentos vieram sendo consumidos constantemente pelo fogo durante a queima dos pastos. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 44).

Descreve ainda paisagens onde o fogo havia sido ateadado a matas inteiras para o estabelecimento de pastagens, pois durante o período das secas, nos campos queimados ficavam as cinzas que se transformavam em sais minerais necessários para crescer a pastagem que alimentava o gado o que resultava em longos trechos de campos queimados e troncos cortados:

Tão logo é queimada uma pastagem natural começam a brotar no meio das cinzas algumas plantas raquíticas, geralmente felpudas, de folhas sésseis e mal desenvolvidas, as quais não tardam a florescer. Por muito tempo acreditei que essas plantas pertenciam a espécies diferentes, típicas das queimadas (...). Durante a seca – época em que se atea fogo aos campos – o desenvolvimento da maioria das plantas fica de certa forma interrompido, e suas hastes apresentam-se com aparência ressequida. Não obstante, deve acontecer ali o mesmo que sucede em nosso clima; nesse período de repouso as raízes provavelmente se enchem de seiva para alimentar novos rebentos. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 30).

No decorrer de sua passagem pela província goiana, Saint-Hilaire fez um estudo geral a respeito da área, seu povoamento, sua extensão, seus limites, a vegetação, o clima, a população, o cultivo das terras, os costumes, entre outros aspectos. O objetivo de sua viagem foi, principalmente, explorar a flora brasileira, mas também deixou muitas impressões a respeito da sociedade, das dificuldades e surpresas que essas

viagens trouxeram. Por meio de seus relatos pode-se perceber a maneira errônea como se dava a utilização da terra, não apenas em solo goiano, mas em toda a Coroa Portuguesa na América.

Outro viajante que percorreu a província de Goiás foi Johan Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico austríaco que escreveu *Viagem no interior do Brasil*. O naturalista percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás entre os anos de 1817 e 1821. Na segunda parte da obra, iniciada em 1819, o viajante começou seu percurso pelo sertão de Goiás, com destino à Capital Vila Boa, onde visitou diversos arraiais para posteriormente percorrer, explorar e estudar os arraiais do norte.

Durante sua passagem pelo norte de Goiás, Emanuel Pohl percorreu diversas áreas como a região do Jalapão, dentre outras regiões, a saber: as localidades de Porto Nacional, Monte do Carmo, Natividade e Arraias. Desta forma, o naturalista descreveu aspectos da natureza, do clima, dos hábitos e costumes do povo da região, passando por arraiais, povoações, vilas, fazendas e engenhos.

Segundo este viajante naturalista, assim como muitos outros, o norte da Província de Goiás era representado por características negativas, como uma terra longínqua, inóspita, carente, isolada e atrasada e deixa claro esse posicionamento em seus relatórios de viagens. Quando estava na região norte do território goiano, os viajantes não deixavam de reconhecer a força e a exuberância da natureza, descrevendo a natureza e também elementos isolados da flora e da fauna.

Em sua passagem pela região, Pohl destaca a beleza dos buritizeiros e até mesmo o pequi, fruta símbolo do cerrado em meio à paisagem de grandes árvores, arbustos e narra a beleza dos campos isolados: “foram os nossos olhos recompensados dos campos desolados que havíamos atravessado, e alegrados com a vista de vários grupos de majestosos buritizeiros que à margem de um riacho elevavam as suas pomposas coroas” (POHL, 1976, p. 211).

Muitas foram as dificuldades enfrentadas por Emanuel Pohl durante o período que esteve no norte de Goiás, dificuldades estas ocasionadas pela própria ação da natureza, entre elas o sol forte, o calor, o tempo, o clima, as chuvas e a decadência que se encontrava a região devido a má administração e o isolamento da região. Segundo ele, à medida que se adentrava na região, os problemas aumentavam e dificultava até mesmo a coleta de plantas para a realização de seu estudo.

A coleta de plantas tornou-se cada vez mais escassa. Em parte, haviam sido queimadas grandes extensões das pradarias. [...]. Sentíamos, às vezes, incômodos diversos, como por exemplo, dor de cabeça, congestão, hemorragia nasal, náusea, vômito; até borbulhas nos brotavam no rosto. (POHL, 1976, p. 178-179).

Por fim, descreve sua viagem pela Província, suas descobertas botânicas, espécies da fauna, os habitantes e seus hábitos e valores, qualificando-os como preguiçosos e índoles ao trabalho. Pohl, em seus escritos, menciona a força da natureza que o cercava “Em toda parte, a viçosa força renovadora da natureza, em sua atividade eterna, livre e incessante, extirpa as marcas da civilização, como se indignada pela violação de seus domínios” (POHL, 1976, p. 172).

O botânico George Gardner também percorreu a Província de Goiás. Chegou ao Brasil em julho de 1836 e permaneceu no país até maio de 1841. Durante o período sua expedição percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Nessas regiões estudou o ambiente e fez observações sobre a fauna, a flora, os hábitos e costumes dos habitantes e realizou estudos geográficos.

Gardner interessava-se pelas províncias do norte, ainda pouco exploradas por outros naturalistas. Sentiu-se atraído pela riqueza e diversidade da espécie animal e vegetal brasileira, descreve em detalhes o cotidiano de suas viagens com atenta observação para os personagens com os quais se relacionava. Na Província de Goiás, de outubro de 1839 a maio de 1840, visitou as regiões que hoje compreendem os municípios de Natividade e Arraias. O viajante, assim como todos os outros, menciona as dificuldades para se chegar à Província de Goiás, devido ser um lugar isolado, atrasado, desértico e de extrema pobreza.

As dificuldades encontradas eram diversas, e as principais eram as limitações impostas pela própria natureza. Gardner também menciona o pouco rendimento dos animais durante a viagem, devido à característica arenosa do solo, do sol excessivamente forte e da falta de água durante o seu percurso (GARDNER, 1942, p. 259). Enquanto percorria a região registrou os encontros com animais mortos nas estradas devido à falta de água e alimento. Salienta que “muitos esqueletos de bois e cavalos jaziam em ambos os lados da estrada, restos, sem dúvida, de animais que, ao atravessar estes desertos, haviam tombado exaustos, perecendo de sede” (GARDNER, 1942, p. 259).

Não diferente dos demais, Gardner teceu comentários a respeito dos homens e suas localidades, caracterizando-os como pobres e preguiçosos, segundo ele a maioria dos habitantes só era pobre ou passava necessidade por falta de coragem, pois tanto o clima quanto o solo na região eram propícios ao plantio; e, por não gostarem de trabalhar preferem depender diretamente da natureza: “Em vez de qualquer labor manual dessa espécie preferem vagarear ociosos em redor da casa ou entrar na moita, de machado e espingarda, em busca de caça ou mel silvestre” (GARDNER, 1942, p. 267).

Gardner, que era um botânico defensor da natureza, da flora e da fauna, representava a natureza como um bem a ser explorado ao máximo pelo homem em seu uso e benefício, o que era bem diferente da maneira como os habitantes se relacionam com a mesma, destruindo de forma descontrolada conforme ele expõe em seus relatos.

Francis de la Porte, Conde de Castelnau, chegou ao Brasil em 17 de junho de 1843 e permaneceu no país até março de 1847. Fez expedições sob os auspícios de D. Pedro II. Durante sua estada na província de Goiás, os membros de sua expedição se ocuparam em realizar excursões botânicas, estudos geológicos, zoológicos e meteorológicos, e se dedicaram aos preparativos para a extensa viagem que empreenderiam as regiões centrais da América do Sul. Em *Expedições às regiões centrais da América do Sul (v. I e II)*, o geógrafo e naturalista Francis de Castelnau percorreu o Brasil, Paraguai, Bolívia e o Peru entre os anos de 1843 e 1847. No território brasileiro, a expedição explorou regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Ao percorrer a Província de Goiás, onde permaneceu de fevereiro a dezembro de 1844, passou pela Vila de Catalão, desceu pelo rio Araguaia e subiu pelo Tocantins, fazendo em sua empreitada um estudo minucioso de descrição da região: população, história e comércio. Tinha preferência pelo norte da Província, pois segundo ele, tinha sido menos explorada pelos geógrafos e cronistas.

Castelnau entra no território goiano tendo por objetivo fazer levantamentos e estudos com o propósito de ativar as vias de navegação do rio Araguaia e do rio Tocantins, pois seria a falta dessa navegação um dos motivos de atraso e decadência de Goiás. O viajante descreve várias localidades, expõe, assim como os viajantes anteriormente apresentados, da miséria em que viviam os habitantes, dando o exemplo de três famílias que moravam numa mesma casa que “não era formada senão de um mau teto, cobrindo recinto fechado por gradeado largo de madeira, inteiramente aberto ao tempo” (CASTELNAU, 1949, p. 213).

As dificuldades encontradas por sua expedição não foram deferente das expedições dos outros viajantes, era grande a falta de água, alimento e de estradas que davam acesso às vilas, povoados e arraiais, a viagem de exploração pelo território goiano se tornava mais difícil à medida que se aproximava da região norte da Província. A revista *Informação Goiana* (que publica parte de seu relatório de viagem de Castelnau) mostra as duras dificuldades impostas pela natureza, os perigos da floresta por serem fechadas, o sol quente e as chuvas que geravam lamaçais e atoleiros que demoravam bastante tempo até serem atravessadas. “Atoleiros a cada passo, onde os animais afundavam até os joelhos. Três dias durou a travessia daquela enorme floresta que cada vez mais ostentava as magnificências da vegetação” (TAUNAY, 1934, p. 7). Mesmo com todas as dificuldades encontradas ainda relatava a grandiosidade e maravilha da natureza:

Disseminadas nessa praia, viam-se aléias formadas quase exclusivamente de uma magnífica espécie de malpigiúcea de folhas reluzentes, como as da árvore da cânfora, e cujas flores alvas formavam longos cachos na extremidade dos ramos. [...]. Derreados pelos trabalhos do dia, havia eu me retirado para descansar a certa distância, no campo, contemplando os encantos de uma natureza tão virgem ainda ao contato do homem civilizado [...]. (CASTELNAU, 1949, p. 297).

Castelnau não poupava as críticas aos habitantes e às acomodações por onde passava, mas também falava com grande esplendor da força e da exuberância da natureza, das paisagens, da fauna e de como essa mesma natureza estava em estado bruto e intocado pelo homem, além de descrever elementos isolados da flora e da fauna e relatar o esplendor do rio Araguaia.

O RIO ARAGUAIA E A ILHA DO BANANAL EM RELATOS DE VIAGEM

Durante o período que foi presidente da Província de Goiás (08 de janeiro de 1863 a 05 de abril de 1864), Couto de Magalhães tentou implantar a navegação a vapor no rio Araguaia, por vezes se arriscando a estudar os habitantes que ali viviam nas margens, seus costumes, índole, ora vendo como desenvolver a zona central do império, fazendo propaganda da Corte nos sertões de Goiás.

Em 1863, Couto de Magalhães redige a obra “*Viagem ao Araguaia*” onde defende a ideia de que o melhoramento da navegação fluvial pelo rio Araguaia poderia contribuir para o desenvolvimento econômico da Província de Goiás. Enquanto o litoral era o espaço das elites, da corte e da civilização, o interior da colônia se constituía no imaginário do brasileiro como espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. Esse autor trata das considerações administrativas e econômicas, e os meios mais propícios para desenvolver a navegação do Araguaia. Desta forma:

A prosperidade desta província depende do Araguaia, esse imenso rio, que constitui uma verdadeira maravilha, já por sua beleza, já por a fertilidade da região que atravessa, já por oferecer uma navegação por cerca de 700 léguas. Para aí o Goiano deve dirigir suas vistas, como o Israelita as dirigia para a coluna de fumaça que o guiava à terra da promessa. O futuro é garantido com a navegação do Araguaia, sem Ela tudo é rachitico e mesquinho, como tem sido até o presente. (MAGALHÃES, 1863, p. 01).

A navegação a vapor do rio Araguaia era de suma importância para a Província de Goiás, a partir disso foram apresentados projetos para desenvolver a navegação com o intuito maior de estreitar as relações comerciais com o Pará que em sua maioria comercializava açúcar, sal, aguardente, café etc.

Diversos autores e viajantes defendiam a ideia de que o Araguaia era como o Nilo, onde fertilizam as terras, de modo a serem imensamente produtivas. Em seus escritos, Frei Jacintho Lacomme demonstrava grande paixão pelo rio Araguaia, a natureza, a flora e a fauna:

Da sua beleza encantadora, que é que diremos senão que o Araguaia pode rivalizar com os rios mais formosos do mundo inteiro? Se há no mundo um rio formoso, diremos com Escragnoille Taunay falando no Aquidauana de Matto-Grosso, e com mais razão, certamente é o rio Araguaia. Quem o contempla, como nós o contemplamos tantas vezes, volvendo com uma majestade regia as suas águas, ora plácidas como um lago tranquilo, ora agitadas e convulsionadas como verdadeiramente massas oceânicas, por mil meandros ao longo de praias extensas e lindíssimas, de áreas alvíssimas como as áreas do mar, ou de ilhas verdejantes e perfumadas, afagando as suas ribas sombreadas por magníficas florestas virgens, orladas de altos e esbeltos juncos ou ondulantes e delicada relva; aqui abundantes fontes de cloreto de sódio nas quase completamente inapropriadas salinas de S. José; ali madeiras rara e preciosíssimas perdidas naquelas indescritíveis selvas; mais longe, campinas virentes onde pastam manadas de veados. (LACOMME , 1917, p. 20).

Couto de Magalhães, que para muitos é considerado o pai da navegação a vapor do Araguaia, afirmava que “de todos os grandes rios que tenho visto, nenhum oferece nem de longe a majestade do Araguaia... Há na grandeza destas águas uma calma tão serena, como aquela que se observa no Oceano visto ao longe”. (LACOMME, 1917, p. 6).

A Informação Goiana cita que Castelnau, quando estava estudando o rio Araguaia para resolver o problema da navegação, ficou maravilhado com a beleza do rio e expõe sua visão acerca do mesmo: “Entramos no majestoso Araguaia, cuja a magnificência e nobreza é além de toda a descrição; as suas águas tão puras resvalam tranquilidade pelo meio das vastas solidões que o bordam de todas as partes” (INFORMAÇÃO GOIANA, 1933, vol. XVII, p. 11).

Durante o seu percurso, o rio Araguaia se divide em dois braços formando a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo que foi primeiramente conhecida como ilha de Sant’ Anna, por que a primeira missa celebrada pelo missionário Frei Francisco da Victoria ocorreu no dia consagrado pela liturgia católica à referida santa. Nessa mesma época a ilha era habitada por povos indígenas:

Nesta Ilha de SANT’ Anna não há morador civilizado algum, mas apenas índios Javaés, ainda inteiramente selvagens. No entanto, o interior da Ilha que mede aproximadamente a área de Portugal inteiro, oferece ótimas terras de cultura, matas virgens, lagos riachos e campinas extensíssimas (REBOUÇAS, 1918, p. 93).

A ilha do Bananal, como é geralmente conhecida, foi reconhecida em 1755 por uma bandeira organizada em Trairás sob a direção do sertanista José Machado que seguiu por terra para o Araguaia em procura das fantásticas minas dos “Martyrios de Araes”, que se diziam além do grande rio, para além de uns serros azuis. Nesse mesmo ano foi explorada em parte pelo Alferes de dragões José Pinto da Fonseca, que percorreu pelos sertões a procura de índios que seriam vendidos como mercadoria o mesmo lhe deu a dominação de Sant’ Anna do Bananal. A cerimônia religiosa foi assistida pelos indígenas insulares, e que deveria ser tão solene como a primeira celebrada no Brasil. Os índios ocupantes da ilha, após o ato religioso, fizeram o ato de fidelidade a El-Rei de Portugal, sendo o termo de juramento assinado (“de cruz” pelos

caciques “Aboénoná” e “Acabedúani” da valorosa nação Carajás) (REBOUÇAS, 1918, p. 93).

O nome da ilha foi mudado pra ilha do Bananal devido aos longos e densos bananais existentes ali. Em 1774, José de Almeida Vasconcelos, o Visconde da Lapa, instalou na Ilha um presídio para início da colonização, a fim de garantir a navegação no rio Araguaia. Esse presídio serviria de apoio à navegação. O projeto não deu certo e o presídio caiu no abandono.

A ilha do Sant’Anna ou bananal era vista como um lugar misterioso, por sua beleza, sua flora e sua fauna e suas riquezas naturais:

A grande ilha goiana excede em belezas de paisagens paradisíacas das mais encantadoras dentro e fora do país, guardando no fundo dos seus misteriosos lagos e lagoas perolas de subido valor, como por exemplo aquela que nos tempos coloniais mandaram para a metrópole portuguesa e a qual rezam as crônicas desse tempo “era belíssima e do tamanho de uma avelã”. (TAUNAY, 1923, p. 4).

Em 1850 foi criada por Dom Pedro II a Lei 601⁶ proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, e o desmatamento continuou para implantação da monocultura de café.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puseram fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréos confinantes. (Art. 2º da LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

A revista Informação Goiana (1932, vol. XVI, p. 06) menciona que em 1876 já havia uma grande preocupação com a preservação da Ilha do Bananal, ideia essa que foi sonhada por André Rebouças, que propôs a criação de um parque nacional para fins de perpetuar a fauna e a flora do sertão do Brasil a exemplo dos que fizeram os norte-americanos nos vales de Yellowstone em 1870. Porém, esse projeto só foi efetivado em 1950, quando o governo Federal transformou a ilha do Bananal em Parque Nacional do Araguaia.

⁶ Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument>. Acesso em: 07 jan. 2014.

André Rebouças, ao lançar essas propostas de criação desse parque nacional, não levou em consideração que na ilha do bananal existiam populações indígenas, agricultores e mineiros, e nem levou em consideração os poderes e saberes locais. Sua proposta tinha como objetivo maior favorecer setores da sociedade brasileira e estrangeira que poderiam ir para a região e desfrutar dos vapores que iam navegar o rio Araguaia. Os interesses locais e o impacto da criação de um parque nacional nos grupos sociais locais também não foram considerados. Rebouças preocupava-se apenas com a preservação da fauna e da flora, mas não com o impacto dos vapores nos rios e do turismo na ilha, o impacto que esse turismo ia causar na natureza. O seu principal objetivo com a criação do Parque Nacional era viabilizar mais lucros para o país.

Nessa mesma época já havia grande preocupação com os problemas ambientais e os desflorestamentos que já se faziam crescentes na Província de Goiás.

Se os vossos esforços juntos aos dos poderes públicos, já preocupados com a insana devastação das nossas florestas, se congregam de defesa conjunta na preservação intacta de tal patrimônio, que poderemos mostrar ao mundo como sabemos zelar o futuro reservatório das ciências do nosso país... A guarda da ilha do Bananal como parque nacional não será unicamente a salvaguarda de nossa flora, da ação do fogo e do machado, mas também a salvação de nossa fauna. (TAUNAY – INFORMAÇÃO GOIANA 1932, vol. XVI p. 6).

Todos os viajantes e cronistas que estiveram NA ilha retratam sua beleza paradisíaca, ainda intocada pela ação do homem e descrevem sua fauna e sua flora. Defendem que a ilha deveria ser guardada:

Deve ser guardada antes que a ganância, a cobiça, o mercantilismo e a ignorância dela se apodere para que depois não sejamos constrangidos ao contrário de especialistas estrangeiros para estudar o reflorestamento de nossas terras devastadas (TAUNAY – INFORMAÇÃO GOIANA 1932, vol. XVI p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental emergiu na década de 1970, e teve os EUA como centro dos debates ambientais e com o objetivo de responder as questões de seu tempo. Surge como foco a ampliação do horizonte da pesquisa historiográfica.

É crescente o número de ameaças que o planeta vem sofrendo devido à interferência direta do homem na natureza para a extração de seus recursos naturais e matéria prima. As preocupações com os efeitos dessas intervenções já se faziam crescente na sociedade brasileira desde os tempos de Brasil- Colônia e já havia grande preocupação com as questões ambientais e do desflorestamento como aponta José Augusto Pádua ao estudar as obras de José Bonifácio que apontava as críticas sociais negativas na destruição do ambiente natural.

Márcio Luiz Quaranta-Gonçalves, pontua que o nível de intervenção do homem na natureza é tão grande que se torna quase impossível encontrar natureza ou ecossistemas puros. “[...] Há vestígios da ação humana por toda parte, muitas vezes criando belas paisagens que parecem naturais; e também locais feios, desarmônicos, como as imensas monoculturas” (GONÇALVES, 2007, p. 47).

Os relatos dos viajantes do século XIX são elementos fundamentais para compreender a mudança da paisagem no norte de Goiás, a sua transformação ao longo dos séculos e também na construção da identidade nacional. Em seus relatos, o eixo central era a natureza, pois primeiramente tratavam das belezas da flora, da fauna e da Geografia para depois tratarem de outros assuntos como os habitantes e as formas socioculturais.

O interesse de se realizar viagens de caráter científico nessa Província foi devido ao fato de a mesma ser, no período em análise, um território pouco explorado e que oferecia inúmeras possibilidades de pesquisa, principalmente para os botânicos.

Castelnau relata em seus escritos sua passagem pelo rio Araguaia, na sua concepção o desenvolvimento da navegação proporcionaria a integração comercial entre as Províncias de Goiás, Mato Grosso e Pará, acreditando-se que a navegação poderia contribuir para o desenvolvimento econômico do território e o livraria dos problemas econômicos que vinha afetando devido à queda da mineração. Foram diversas as tentativas de consolidar a navegação do Araguaia, e com essa estruturação colheram bons resultados, a população passou a morar nas margens formando assim os presídios, como o de Leopoldina entre outros. A navegação foi próspera até virar monopólio pessoal, a partir disso houve a estagnação do comércio e o despovoamento que tinham se formado as margens do rio.

Gradualmente, a navegação a vapor do rio Araguaia foi caindo em decadência. Vários fatores contribuíram para isso: a pouca fidelidade do empresário no cumprimento das cláusulas estipuladas; a falta de

regularidade nas viagens por parte do empresário; a quase impossibilidade de o governo exercer uma rigorosa fiscalização no serviço; o abandono dos serviços por parte dos oficiais devido à má remuneração, bem como pelo atraso de pagamento salarial e a falta de pessoal qualificado para os serviços de conservação do material flutuante e fixo. (ANDRADE, BASTIANI, 2012, p. 11).

Na altura do médio Araguaia ele se divide em dois braços, formando a ilha do Bananal. Há relatos que desde o ano de 1876 já havia uma grande preocupação com a preservação da ilha, e o medo da mesma cair nas mãos da ganância, da cobiça, do mercantilismo e da ignorância, para que depois não precisasse estudar o reflorestamento das terras devastadas.

O Parque Nacional do Araguaia onde se situa a ilha do Bananal é de grande importância, pois está situado em zona ecotonal entre os dois maiores biomas brasileiros floresta amazônica e cerrado com grande biodiversidade com muitas espécies que vem sendo ameaçadas de extinção. Sobre a História da Natureza, muita história foi contada e muita história será contada. A História não se esgota.

Nessa perspectiva este artigo espera ter contribuído para os estudos da paisagem na região, além de mostrar as possibilidades da utilização da história ambiental como vertente de pesquisa em outras fontes, por exemplo, os diários de viagens e as possibilidades de releitura. Nos diários ainda é possível encontrar subsídios para estudos atuais referentes às questões ambientais, tendo em vista, por exemplo, a devastação da natureza e as queimadas registradas como práticas na região desde o século XIX.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995. <Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>. Acesso: 27 jan. 2014.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito*. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2010.
- ANDRADE, K. S.; BASTIANI, C. *Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas*. Antares: Letras e Humanidades, v. 4, 2012, p. 169-184.
- A *INFORMAÇÃO GOYANA*. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada no Rio de Janeiro por Henrique Silva e America no do Brasil, no período de agosto de 1917 a maio de 1935).
- BORGES, Barsanulfo G. *A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano*. Revista de História (UNESP), Franca, v. 5, n. 2, 1998, p. 149-171.
- CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CASTELNAU, F. *Expedições às regiões centrais da América do Sul v. 1 (1949)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes-centrais-da-america-do-sul-v1/pagina/208/texto>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- CARVALHO, Ely Berço. *“Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo”*. Esboços, v. 13, Florianópolis, 2005,
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo. Companhia as letras. 1996
- DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, (8), 1991.
- JESUS, W. C. ; PADOVAN, R. C. . O sertão real e imaginário nas construções historiográficas regionalistas. *Historien (Petrolina)*, v. 04, p. 283-295, 2013.
- GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do Ouro e do Diamante, nos anos de 1836 a 1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-pelo-brasil-principalmente-nasprovincias-do-norte-e-nos-districtos-do-ouro-e-do-diamante-durante-os-anos-de-1836-1841>>. Acesso em: 10 jan.2012
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Arquivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* RIHGB. [S.d.] Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 14 de nov. 2012.
- MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaya*. Typographia provincial: Goyaz, 1863.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. *Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro*. In: X Simpósio Internacional do Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções, 2007, Campinas. Cd-Rom: X Simpósio Internacional Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções. Campinas: UNICAMP - FEF, 2007.

- MAURO, Victor F.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Violência e expropriação fundiária na chegada da frente pioneira à micro-região do Médio Tocantins-Araguaia*. Entre-Lugar, v. 2, p. 93-118, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/1/texto>>. Acesso em: 21 dez. 2014.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil*. In.: Octaciano Nogueira (org.), *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. In.: Octaciano Nogueira (org.), *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal.
- SOUZA, Fabíula Sevilha de. *Fragments da Devastação: uso e aproveitamento da terra goiana no relato do Saint-Hilaire*. In: XXIV Semana de História "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior", 2008, Assis. Anais da XXIV Semana de História "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior", Vol. XXIV, 2008.
- PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Colonial*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- QUARANTA-GONÇALVES, Márcio Luiz. *Pequeno histórico da relação homem natureza: da physis à teoria de Gaia, o empobrecimento da noção de ser humano*. In.: *Filosofia, ciência e vida*. São Paulo, nº. 13, Abr, 2007.
- WOSTER, Donald. *Para fazer uma história ambiental*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1990.